empresa prestadora de serviço de atendimento a emergência credenciada em seu PAE para o Transporte de Produtos Perigosos no Município de São Paulo, cujo deferimento foi publicado no DOC em 07/04/2017.

Após análise da documentação apresentada, a equipe técnica do GTPAE considera satisfeitas as exigências legais e está DE ACORDO com a substituição, passando a ser de responsabilidade da empresa Eco Responder Serviços Ambientais LTDA – CNPJ 33.036.557/0001-31 o atendimento em caso de emergência.

Dúvidas entrar em contato através do endereço svmagtpae@prefeitura.sp.gov.br.

COMUNIQUE-SE:1075/GT-PAE/19 - P.A.: 2017-0.175.503-0 - Entregadora Trans-Leal LTDA.

Trata-se de solicitação da empresa Entregadora Trans-Leal LTDA – CNPJ 43.788.868/0001-00 – de substituição da empresa prestadora de serviço de atendimento a emergência credenciada em seu PAE para o Transporte de Produtos Perigosos no Município de São Paulo, cujo deferimento foi publicado no DOC em 20/01/2018.

Após análise da documentação apresentada, a equipe técnica do GTPAE considera satisfeitas as exigências legais e está DE ACORDO com a substituição, passando a ser de responsabilidade da empresa Unybrasil Ambiental e Transporte LTDA – CNPJ 19.183.860/0001-36 o atendimento em caso de emergência.

Dúvidas entrar em contato através do endereço svmagtpae@prefeitura.sp.gov.br.

COMUNIQUE-SE:1076-GT-PAE/19 - P.A.: 2017-0.140.481-4 - Transportes Rodoviários Vale do Piquiri LTDA.

Trata-se de solicitação da empresa Transportes Rodoviários Vale do Piquiri LTDA – CNPJ 76.302.157/0001-33 – de substituição da empresa prestadora de serviço de atendimento a emergência credenciada em seu PAE para o Transporte de Produtos Perigosos no Município de São Paulo, cujo deferimento foi publicado no DOC em 19/10/2017.

Após análise da documentação apresentada, a equipe técnica do GTPAE considera satisfeitas as exigências legais e está DE ACORDO com a substituição, passando a ser de responsabilidade da empresa Unybrasil Ambiental e Transporte LTDA – CNPJ 19.183.860/0001-36 o atendimento em caso de emergência.

E Diante da solicitação feita por Transportes Rodoviários Vale do Piquiri LTDA – CNPJ 76.302.157/0001-33 e com base na aprovação do seu Plano de Atendimento a Emergências para o Transporte de Produtos Perigosos no Município de São Paulo, cujo deferimento foi publicado no DOC em 19/10/2017, ficam incluídos os seguintes produtos à listagem apresentada anteriormente:

Nº. ONU	PRODUTO	QUANTIDADE MÁXIMA	ESTADO FÍSICO	TIPO
1170	ETANOL (ÁLCOOL ETÍLICO) ou SOLUÇÃO DE ETANOL (SOLUÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO)	70.000 L	Líquido	Granel
1202	GASÓLEO, ou ÓLEO DIESEL, ou ÓLEO PARA AQUECIMENTO, LEVE	70.000 L	Líquido	Granel
3475	MISTURA DE ETANOL E GASOLINA ou MISTURA DE ETANOL E COMBUSTÍVEL PARA MOTORES	70.000 L	Líquido	Granel

Dúvidas entrar em contato através do e-mail svmagtpae@prefeitura.sp.gov.br

DIVISÃO DE ANÁLISE AMBIENTAL / DAA

Grupo Técnico de Análise dos Planos de Atendimento a Emergências no Transporte de Produtos Perigosos – GTPAE

COMUNIQUE-SE:1077-GT-PAE/P.A. 2017-0.144.499-9 - Via Campos Transportes Eireli EPP.

Diante da solicitação feita por Via Campos Transportes Eireli EPP, CNPJ 22.064.101/0001-69 e com base na aprovação do seu Plano de Atendimento a Emergências para o Transporte de Produtos Perigosos no Município de São Paulo, cujo deferimento foi publicado no DOC em 19/10/2017, fica(m) incluído(s) o(s) seguinte(s) produto(s) à(s) listagem(ns) apresentada(s) anteriormente:

Nº. ONU	PRODUTO	QUANTIDADE MÁXIMA	ESTADO FÍSICO	TIPO
1849	SULFETO DE SÓDIO, HIDRATADO	35.000 kg	Líquido	Granel / Fracionado

Dúvidas entrar em contato através do e-mail svmagtpae@prefeitura.sp.gov.br.

COMUNIQUE-SE:1078/GT-PAE/19 - P.A.: 2017-0.007.140-4 - Rodotanque Transportes e Logística Eireli.

Trata-se de solicitação da empresa Rodotanque Transportes e Logística Eireli – CNPJ 12.279.524/0001-42 – de substituição da empresa prestadora de serviço de atendimento a emergência credenciada em seu PAE para o Transporte de Produtos Perigosos no Município de São Paulo, cujo deferimento foi publicado no DOC em 14/02/2017.

Após análise da documentação apresentada, a equipe técnica do GTPAE considera satisfeitas as exigências legais e está DE ACORDO com a substituição, passando a ser de responsabilidade da empresa Unybrasil Ambiental e Transporte LTDA – CNPJ 19.183.860/001-36 o atendimento em caso de emergência.

Dúvidas entrar em contato através do endereço svmagtpae@prefeitura.sp.gov.br.

DEPTO DE PARTICIPAÇÃO E FOMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS SEGMENTOS TRABALHADORES, ENTIDADES E FREQUENTADORES, NO CONSELHO GESTOR DO PARQUE MUNICIPAL: PREVIDÊNCIA, GESTÃO 2020/2022.

Título I – Da Composição dos Conselhos Gestores
Art. 1º. Os Conselhos Gestores dos Parques Municipais estão disciplinados nas Leis Municipais 15.910/2013, Lei 16.899/2018, Art.11. e na Portaria Nº 104/SVMA-GAB/2016 que regem integralmente este edital.

Art. 2º. Todos os atos deverão ser devidamente registrados nos Livros Atas dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais.
Art. 3º. Os Conselhos Gestores dos Parques Municipais terão composição tripartite e paritária com 50% (cinquenta por cento) de representantes da Sociedade Civil que serão eleitos, nos seguintes termos:

- 3 (três) representantes dos frequentadores dos parques;
- 1 (um) representante de movimentos, instituições ou entidades sociais escolhido em plenária da sociedade civil organizada, cuja atuação corresponda aos distritos de abrangência do parque;
- 1 (um) representante dos trabalhadores do respectivo parque municipal, de órgãos públicos ou de empresas privadas que nele prestam serviços, independentemente da modalidade de seu vínculo contratual de trabalho, eleito entre seus pares e que não faça parte da direção do parque;

§ 1º. Nos parques municipais tombados pelo Patrimônio Histórico, a Secretaria Municipal de Cultura terá um assento obrigatório sendo necessário eleger 4 (quatro) representantes dos frequentadores para garantir a paridade.

§ 2º. Conforme as características e complexidades da administração de cada parque fica facultada a ampliação da representação dos membros de seu Conselho Gestor, a critério do Poder Executivo.

§ 3º. Todas as cadeiras gozam de uma vaga para Suplência.

Art. 4º. O mandato dos integrantes do Conselho Gestor será de 2 (dois) anos, contados do dia da sessão em que se der a posse, e limitados a dois mandatos consecutivos, exceto para os representantes do Poder Executivo.

Art. 5º. Nos termos do Decreto nº 56.021/2015, os representantes do Poder Público e da sociedade civil serão contabilizados separadamente, de forma que as mulheres componham o mínimo de 50% do total de representantes do Poder Público e o mínimo de 50% do total de representantes da sociedade civil.

§ 1º. No caso de segmentos com número ímpar de representantes, o total de mulheres deverá ser no mínimo, igual à metade desse número arredondada para o número inteiro imediatamente superior.

§ 2º. As eleições são realizadas separadamente por segmento, cada um deles deverá observar o mínimo de 50% de mulheres.

§ 3º. As/os titulares e suplentes serão contabilizadas/os separadamente, de forma que as mulheres componham o mínimo 50% do total de titulares e o mínimo de 50% do total de suplentes.

§ 4º. Essa proporção deverá ser mantida na hipótese de substituição de mulheres titulares.

§ 5º. Não sendo alcançado o mínimo de 50% de inscrição de mulheres em relação ao número total de assentos em disputa, considerada a identidade de gênero autodeclarada, independentemente do que constar em documento ou registro público.

Art. 6º. Para os fins previstos na Lei 15.946/13, regulamentada pelo Decreto 56.021, de 31 de março de 2015, deverá ser considerada a identidade de gênero autodeclarada, independentemente do que constar em documento ou registro público.

Art. 7º. A propaganda dos candidatos obedecerá à legislação eleitoral vigente, observado o princípio de respeito aos preceitos ambientais quanto à prevenção e proibição de poluição sonora, visual e geração de resíduos depositados por quaisquer propagandas nos logradouros públicos.

§ 1º. Será afixado no local de votação a lista dos/as candidatos/as ao pleito contendo o nome e o número do/a candidato/a, foto recente, mini currículo e carta de intenção. Nenhum outro material poderá ser fixado.

§ 2º. O Gabinete da Secretaria do Verde e Meio Ambiente ficará responsável por viabilizar o material necessário para a realização das eleições.

Título II – Da Realização da Eleição e Inscrições
Art. 8º. As eleições para compor o Conselho Gestor do Parque Municipal Previdência:

Segmento trabalhadores, dia 23/01/2020, das 10 às 12h;
Segmento entidades, dia 26/01/2020, das 9 às 10h;
Segmento frequentadores, dia 26/01/2020 das 10 às 16h.

Art. 9º. O período de inscrições das candidaturas correspondente do dia 20/12/2019 ao dia 08/01/2020.

Art. 10. As inscrições dos/as candidatos/as serão efetivadas através do preenchimento correto do formulário e apresentação da documentação pertinente ao segmento, na sede do parque das 09:00 as 18:00 horas de domingo a quinta-feira.

§ 1º. Os/as candidatos/as do segmento trabalhadores - servidores públicos, comissionados ou empregados das empresas contratadas para prestação de serviços de manutenção e segurança do respectivo, desde que não faça parte da direção do parque, deverão apresentar documento original com foto e cópia do documento comprobatório de vínculo empregatício;

§ 2º. Os/as candidatos/as do segmento entidades deverão apresentar cópia dos seguintes documentos:

I - Estatuto Social da entidade, instituição e movimentos e; última ata de eleição da diretoria e; registro CNPJ da entidade, instituição e movimentos atualizado; Comprovante da sede ou sub-sede da entidade na área de circunscrição do parque.

II - Carta de indicação do representante dos movimentos, instituições ou entidades assinado pela Presidência.

§ 3º. Os candidatos/as do segmento frequentadores deverão apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos:

I – Documento original de identificação com foto que comprove a maioridade civil e cópia;
II - Autodeclaração nos termos do ANEXO I;

III – Foto, currículo resumido e carta de intenções;

§ 4º. É considerado frequentador do parque aquele (a) que usufrui dos espaços ou participa das atividades ofertadas no Parque com regularidade.

Art. 11. A comprovação da entrega da documentação será feita através de protocolo de entrega. O número de cada candidato será estabelecido em função da ordem de inscrição.

Art. 12. As inscrições que preencherem os requisitos desse edital, alíneas I e II, serão deferidas pela comissão eleitoral e por ela homologadas;

§ 1º. O prazo de recurso contra a decisão da comissão eleitoral que indeferiu a candidatura será de 3 (três) dias úteis, contados da publicação no Diário Oficial.

§ 2º. O recurso deverá ser protocolado na SVMA endereçada para o Coordenador da comissão eleitoral.

Título III – Do Processo Eleitoral

Art. 13. Os membros dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais da Cidade de São Paulo representantes da sociedade civil serão eleitos e escolhidos da seguinte forma:

I. Os/as representantes do segmento trabalhadores de órgãos públicos ou de empresas privadas, independente de seu vínculo contratual de trabalho, desde que não faça parte da direção do parque, serão eleitos/as individualmente por seus pares, pelo voto direto e secreto;

a) Poderão votar servidores públicos, comissionados ou empregados das empresas contratadas para prestação de serviços de manutenção e segurança do respectivo, portando documento original com foto e cópia do documento comprobatório de vínculo empregatício;

II. Os/as representantes do segmento movimentos, instituições ou entidades serão eleitos em plenária da Sociedade Civil organizada, por seus pares, pelo voto direto e secreto.

a) Poderão votar as entidades que apresentarem Estatuto Social da entidade, instituição e movimentos e; última ata de eleição da diretoria; registro CNPJ da entidade, instituição e movimentos atualizado e; Carta de indicação do representante dos movimentos, instituições ou entidades assinado pela Presidência.

III. Os/as representantes dos frequentadores do parque serão eleitos/as individualmente pelo voto direto e secreto, preferencialmente através de processo eletrônico com programa desenvolvido pela PRODAM – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo.

a) Na impossibilidade do uso de equipamento eletrônico serão utilizadas cédulas eleitorais que serão rubricadas por membro da Comissão Eleitoral.

b) Havendo necessidade de utilização da cédula eleitoral o voto será anulado caso esteja rasurada, ilegível ou com dizeres alheios ao pleito perante a anuência de membro da Comissão Eleitoral presente.

c) Poderão votar os/as eleitores/as maiores de 16 (dezesseis) anos que apresentarem no momento da eleição o documento de identificação com foto, a saber: R.G. ou Carteira de Trabalho ou Carteira dos órgãos de classe ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e a autodeclaração, nos termos do ANEXO II.

d) O/a eleitor/ora devidamente cadastrado para a eleição poderá votar uma única vez em até 1 (um) candidato/a.

Título IV – Da Apuração dos votos e classificação dos candidatos

Art. 14. Ao final da apuração dos votos, será lavrada ata constando a hora do seu encerramento, os nomes dos Conselheiros titulares e suplentes eleitos e eventuais ocorrências.

Art. 15. A apuração da votação dos/das candidatos/as representantes do segmento trabalhadores será realizada ao final do pleito nas dependências da Administração do Parque.

Art. 16. Será considerado eleito/a como Titular o/a candidato/a representante dos trabalhadores conforme critérios de número de votos e gênero.

Parágrafo único. Não havendo mais que 1 (uma) inscrição, o/a candidato/a representante dos/as trabalhadores inscrito/a será aclamado para ocupar a vaga de Titular no Conselho Gestor.

Art. 17. Conforme a Lei 15.946 de 23 de dezembro de 2013, regulamentada pelo Decreto 56.021, de 31 de março de 2015, caso titular for homem, a suplência deverá ser ocupada por mulher.

Parágrafo único. No caso de assento destinado a segmento que dispõe de uma única vaga, fica vedada a indicação de representantes homens por 2 (duas) gestões consecutivas no mesmo Conselho.

Art. 18. A apuração da votação dos/das candidatos/as representantes do segmento entidades será realizada ao final do pleito.

Art. 19. Será considerada eleita como Titular a Entidade conforme critérios de número de votos e gênero.

Parágrafo único: Não havendo mais que 1 (uma) inscrição, as entidades inscritas serão aclamados para ocupar as vagas de Titulares no Conselho Gestor.

Art. 20. Conforme a Lei 15.946 de 23 de dezembro de 2013, regulamentada pelo Decreto 56.021, de 31 de março de 2015, caso o representante seja homem, a suplência deverá ser ocupada por representante mulher.

Art. 21. A apuração da votação dos/das candidatos/as representantes do segmento frequentadores será no mesmo dia da eleição, imediatamente após o término da votação.

§ 1º. A PRODAM imprimirá o resultado da eleição em duas (02) listas, a saber:

a – na primeira, a classificação dos candidatos por ordem de número de votos obtidos;

b – na segunda, a classificação final, aplicando-se a exigência do mínimo de 50% de vagas preenchidas por mulheres.

§ 2º. Em caso de votação manual, a divulgação do resultado final poderá se dar em até 24hs.

Art. 22. Será considerado eleito/a como Titular o/a candidato/a ou candidato representante dos frequentadores conforme critérios de número de votos e gênero.

Art. 23. Serão considerados eleitos como Titulares, os candidatos representantes dos frequentadores dos parques classificados do 1º ao 3º lugares e Suplentes os classificados entre os 4º e 6º lugares, respeitando-se os critérios de número de votos e gênero.

Art. 24. Em caso de empate adotará-se-á o critério da idade, Lei 4737/65.

Título V – Da Fiscalização e Impugnações

Art. 25. A Comissão Eleitoral acompanhará o processo de votação e apuração dos votos.

Parágrafo único: É facultado a qualquer candidato indicar à comissão eleitoral e mediante o preenchimento de ficha cadastral – Anexo III – pessoa para na qualidade de fiscal acompanhar o processo de votação e apuração. Esta indicação deve ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas anteriores ao pleito.

Art. 26. Toda e qualquer anormalidade detectada deverá ser informada à Comissão Eleitoral e registrada no livro do Parque.

Art. 27. Após a publicação da ata geral da eleição no Diário Oficial da Cidade - DOC, o candidato terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para impugnar devendo protocolar o pedido na SVMA e encaminhá-lo a Coordenação de Gestão dos Colegiados.

Art. 28. O Processo administrativo obedecerá ao rito da Lei nº 14.141/2006.

ANEXO I

Eu _____, portador/portadora do RG nº _____ expedido em ____/____/____, pela SSP/____, DECLARO sob as penas da lei e com a finalidade de participar como candidato/candidata da eleição dos representantes do segmento FREQUENTADORES ao Conselho Gestor ser frequentador/ frequentadora regular do Parque _____.

Frequentemente pratico atividades de _____

Data: ____/____/____

Assinatura do (a) Auto Declarado (a)

Assinatura do organizador/coordenador da atividade (se houver)

ANEXO II

Eu _____, portador/portadora do RG nº _____ expedido em ____/____/____, pela SSP/____, DECLARO sob as penas da lei e com a finalidade de participar como eleitor/eleitora da eleição dos representantes do segmento frequentadores no Conselho Gestor, ser frequentador/ frequentadora regular do Parque _____.

Frequentemente pratico atividades de _____

Data: ____/____/____

Assinatura do(a) Auto Declarado(a)

ANEXO III

Eu _____, portador/portadora do RG nº _____ expedido em ____/____/____, pela SSP/____, indico _____, RG nº _____ expedido em ____/____/____, para atuar como FISCAL em meu nome no pleito da eleição de representante do segmento frequentador/frequentadora ao Conselho Gestor do Parque _____.

Data: ____/____/____

Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do (a) fiscal

Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas

Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES

Andrea Lua

Assessora Jurídica - DPP

2017 – O.170.560-1 Dario Matias de Souza

“O interessado deverá cadastrar o eixo da galeria existente, em relação a seu imóvel, através de adequado levantamento topográfico, informando inclusive as dimensões dessa galeria. Deverá ainda demarcar a faixa não edificável que incide ao longo desta galeria, de acordo com o prescrito pela Lei nº 16.642/17 e Decreto nº 57.776/17, que deverá ficar livre de toda e qualquer construção inclusive muro de fecho podendo a área ser cercada por gradil.”

2017 - O.147.329-8 Cury Construtora e Incorporadora

“Com relação ao novo projeto apresentado, temos:

1. Na lista de materiais, uma vez que a galeria passou a ser projetada como galeria de concreto, mudar na tabela.

2. As galerias projetadas com declividades de 0,1276m/m, 0,1096m/m e 0,1029m/m apresentam declividades de 6,76m/s e 6,04m/s, ou seja, muito acima do permitido por norma. Seria necessário criar ou aumentar os degraus nos PV's de modo a diminuir estas declividades para corrigir este problema.

3. Instuir faixa não edificável no empreendimento seguinte onde a rede está e consta BL's.

Qualquer dúvida ou esclarecimentos, os interessados devem agendar atendimento técnico com a Eng. Sonia - Tel. 3337 9882.

Os interessados deverão comparecer a esta Divisão na Av. São João, 473, 13º - Santa Efigenia - SP, para prestar atendimento do comunique-se no prazo máximo de 30 dias corridos.

COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRAFEGO

GABINETE DO PRESIDENTE

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

11º PRÊMIO CET DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO

Abaixo relação de premiados do 11º Prêmio CET de Educação de Trânsito para publicação no DOC conforme item 12.1 do Edital, o nome dos ganhadores deverá ser divulgado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC) e no site da CET, no dia 26 de novembro de 2019.

Categoria 1 - Alunos do Ensino Infantil (3 anos ou mais)

1º lugar: 03263 - MARIA ANTONIA SANTOS DA SILVA

2º lugar : 03256 - ESTHER SOUZA SANTANA

3º lugar : 11879 - ISABELA AKEMI TEIXEIRA REZENDE

Categoria 2 - Alunos do Ensino Fundamental (1º ao 3º ano)

1º lugar : 03778 - HELLOISA ALMEIDA RODRIGUES BATISTA

2º lugar: 06928 - ARTHUR DA GUARDA GALLEG

3º lugar: 13346 - ANA CAROLINA CADETE

Categoria 3 - Alunos do Ensino Fundamental (4º ou 5º ano)

1º lugar : 03801 - ESTEVÃO DA SILVA NEVES

2º lugar: 07134 - GIULIA ALVES MOSSOLIN

3º lugar: 03058 - LAURA ANI CASSAPIAN BARBOSA

Categoria 4 - Alunos do Ensino Fundamental (6º ou 7º ano)

1º lugar : 05357 - MWANZA MARIA DA R. KABENGEELE

2º lugar: 11864 - MATEUS DE ARAUJO BUECKER

3º lugar: 04502 - JEREMIAS SILVA COSTA

Categoria 5 - Alunos do Ensino Fundamental (8º ou 9º ano)

1º lugar: 07504 - LAURA ROBERTO DA ROCHA SPAGGIARI

2º lugar: 03880 - SOFIA DA SILVA NEVES

3º lugar: 08991 - FELIPE CORTES BEZERRA

Categoria 6 - Alunos do Ensino Médio

1º lugar: 05234 - VITOR CARVALHO REBELLO

2º lugar: 04950 - GIOVAN